



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Administração - Serviços Básicos de Apoio - Contratação e Pagamento - 0012338-97.2025.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 2528132.

TERMO DE REFERÊNCIA – COSTI N. 02-A/2026

1. OBJETO

1.1. Contratação serviços de transporte para Zonas Eleitorais e Secretaria do Tribunal para realizar atividades relacionadas às Eleições Gerais de 2026, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Necessidade a ser atendida com a contratação

2.1.1. Disponibilizar a infraestrutura para as Zonas Eleitorais e Unidades da Secretaria do Tribunal prepararem e realizarem as Eleições Gerais de 2026 no Rio Grande do Sul.

2.1.2. Mais informações constam nos Estudos Técnico Preliminares (doc. n. 2397881).

2.2. Resultados a serem alcançados com a contratação

2.2.1. Disponibilizar estrutura para o deslocamento dos servidores, magistrados e colaboradores da justiça eleitoral em serviço nas Eleições Gerais de 2026.

2.2.2. Disponibilizar estrutura para a logística de coleta das urnas para procedimentos de fiscalização e auditoria em Porto Alegre.

2.3 Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional

2.3.1. Perspectiva Sociedade – Objetivo Estratégico 2: Aprimorar a Prestação de Serviços.

2.3.2. Perspectiva Processos Internos – Objetivo Estratégico 4: Assegurar a Efetividade da Prestação Jurisdicional.

2.3.3. Perspectiva Pessoas e Aprendizagem – Objetivo Estratégico 7: Fortalecer o Engajamento de Pessoas.

2.4. Previsão no Plano de Contratações

2.4.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações 2026, na ID 21342.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Descrição detalhada dos serviços

3.1.1. Quantificação das necessidades

3.1.1.1. As necessidades de transporte considerando o número de diárias a serem realizadas por tipo de atividade, veículo a ser usado, local e data/período de execução estão informados na Tabela 1:

Tabela 1 - Necessidades

Item	MUNICÍPIO-SEDE	CONVOCAÇÃO DE MESÁRIOS	1º TURNO									2º TURNO								
		Nº de diárias Veículo básico (8 horas)	Nº de diárias Veículo básico (8 horas) Véspera (03-10-26)	Nº de diárias Veículo básico (10 horas) Dia da Eleição (04-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (8 horas) Gerentes de núcleo (com pernoite) (20 a 25-09-26) (01 a 03 e 05-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (10 horas) Gerentes de núcleo (com pernoite) (04-10-26)	Nº de diárias Veículo 4x4 (8 horas) Véspera (03-10-26)	Nº de diárias Veículo 4x4 (10 horas) Dia da Eleição (04-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (8 horas) Antevéspera - Logística de urnas (com pernoite) (02-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (10 horas) Véspera - Logística de Urnas (com pernoite) (03-10-26)	Nº de diárias Van carga (08 horas) Dia da Eleição (04-10-26)	Nº de diárias Veículo básico (8 horas) Véspera (24-10-26)	Nº de diárias Veículo básico (10 horas) Dia da Eleição (25-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (8 horas) Gerentes de núcleo (com pernoite) (22 a 24 e 26-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (10 horas) Gerentes de núcleo (com pernoite) (25-10-26)	Nº de diárias Veículo 4x4 (8 horas) Véspera (24-10-26)	Nº de diárias Veículo 4x4 (10 horas) Dia da Eleição (25-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan (8 horas) Antevéspera - Logística de Urnas (com pernoite) (23-10-26)	Nº de diárias Veículo Minivan - Logística de Urnas (com pernoite) (10 horas) Véspera (24-10-26)	Nº de diárias Van carga (08 horas) Dia da Eleição (25-10-26)
1	Alegrete 005ª ZE	-	2	2	-	-	2	2	-	-	-	2	2	-	-	2	2	-	-	-
2	Alvorada 074ª e 124ª ZE	20	8	16	-	-	-	-	-	-	-	8	16	-	-	-	-	-	-	-
3	Antônio Prado 006ª ZE	5	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
4	Arroio do Tigre 154ª ZE	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
5	Arvorezinha 145ª ZE	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-
6	Cachoeira do Sul 010ª ZE	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
7	Cachoeirinha 143ª ZE	-	8	28	-	-	-	-	-	-	-	8	28	-	-	-	-	-	-	-
8	Canguçu 14ª ZE	10	3	6	-	-	-	-	-	-	-	3	6	-	-	-	-	-	-	-
9	Canoas 66ª e 134ª ZE	50	25	50	-	-	-	-	-	-	-	25	50	-	-	-	-	-	-	-

10	Caxias do Sul 16ª, 136ª e 169ª ZE	-	3	21	-	-	-	-	-	-	-	3	21	-	-	-	-	-	-	
11	Constantina 146ª ZE	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	
12	Dom Pedrito 018ª ZE	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	
13	Encruzilhada do Sul 019ª ZE	5	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
14	Gravatá 071ª e 173ª ZE	6	6	10	-	-	-	-	-	-	-	6	10	-	-	-	-	-	-	
15	Guaíba 090ª ZE	5	1	1	-	-	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	
16	Guaporé 022ª ZE	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	
17	Mostardas 122ª ZE	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	
18	Nova Prata 075ª ZE	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
19	Pelotas 034ª, 060ª e 164ª ZE	37	5	5	-	-	-	-	-	-	-	5	5	-	-	-	-	-	-	
20	Planalto 144ª ZE	5	1	2	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	
21	Porto Alegre 001ª, 002ª, 111ª, 112ª, 113ª, 114ª, 158ª, 159ª, 160ª e 161ªZE	-	50	84	-	-	-	-	-	-	8	50	84	-	-	-	-	-	8	
	SETRE	40	8	8	-	-	-	-	5	5	3**	48*	8	-	-	-	-	5	5	3***
	STI	-	-	-	80	8	-	-	-	-	-	-	-	32	8	-	-	-	-	
22	Quaraí 036ª ZE	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	
23	Rio Pardo 038ª ZE	-	1	7	-	-	1	1	-	-	-	1	7	-	-	1	1	-	-	
24	Rosário do Sul 039ª ZE	-	2	2	-	-	1	1	-	-	-	2	2	-	-	1	1	-	-	
25	Santa Cruz do Sul 040ª e 162ª ZE	-	4	10	-	-	-	-	-	-	-	4	10	-	-	-	-	-	-	
26	Santa Maria 041ª e 135ª ZE	-	7	34	-	-	-	-	-	-	-	7	34	-	-	-	-	-	-	
27	Santana do Livramento 030ª ZE	-	4	4	-	-	-	2	-	-	-	4	4	-	-	-	2	-	-	
28	São Jerônimo 50ª ZE	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	
29	São Leopoldo	-	30	30	-	-	-	-	-	-	-	30	30	-	-	-	-	-	-	

	051ª e 73 ZE																		
30	São Vicente do Sul 069ª ZE	10	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
31	Tapes 084ª ZE	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
32	Taquari 056ª ZE	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
33	Torres 085ª ZE	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
34	Três de Maio 089ª ZE	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
35	Vacaria 058ª ZE	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-
36	Viamão 59ª e 72ª ZE	16	12	16	-	-	2	2	-	-	-	12	16	-	-	2	2	-	-
37	Uruguaiana 57ª ZE	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-
Total por tipo veículo/atividade		211	202	365	80	8	12	16	5	5	11	242	365	32	8	12	16	5	5
Total Geral		1.611																	

3.1.1.1.1. (*) Inclui as 40 diárias de veículos à disposição da SETRE de segunda a sexta no 2º turno (19 a 23 de outubro de 2026).

3.1.1.1.2. (**) Van disponível nos dias 30 de setembro e 01 e 02 de outubro de 2026 na SETRE.

3.1.1.1.2. (***) Van disponível nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 2026 na SETRE.

3.1.1.2. A execução dos serviços será o seguinte:

3.1.1.2.1. Veículos básicos, tracionados (4x4) e van de carga executarão a jornada de cada diária no município-sede indicado.

3.1.1.2.2. Veículos minivan que atenderão a logística de transporte das urnas realizarão roteiros pelo interior do estado com um pernoite por turno eleitoral (do dia 02 para o dia 03/10/2026 no 1º Turno e do dia 23 para o dia 24/10/2026, se ocorrer 2º Turno).

3.1.1.2.3. Veículos minivan que atenderão os gerentes de núcleo realizarão deslocamentos em três períodos distintos, com saída e retorno no município de Porto Alegre:

3.1.1.2.3.1. De 20 a 25 de setembro de 2026, com previsão de 05 pernoites na área de deslocamento.

3.1.1.2.3.2. De 01 a 05 de outubro de 2026, com previsão de 04 pernoites na área de deslocamento.

3.1.1.2.3.3. De 22 a 26 de outubro de 2026, com previsão de 04 pernoites na área de deslocamento (Se ocorrer 2º Turno).

3.1.1.3. Os veículos terão franquias de quilometragem:

3.1.1.3.1. Veículos básicos, tracionados (4x4) e van de carga terão franquia de 200 quilômetros por diária (8 e 10 horas).

3.1.1.3.2. Veículos minivan que atenderão a logística de transporte das urnas terão franquia de 600 quilômetros por diária (8 e 10 horas).

3.1.1.3.3. Veículos minivan que atenderão os gerentes de núcleo terão franquia de 400 quilômetros por diária (8 e 10 horas).

3.1.1.4. A execução das diárias previstas nas datas posteriores a 05 de outubro de 2026 ficam condicionadas à ocorrência do segundo turno eleitoral.

3.1.1.5. Para cada diária deverá ser disponibilizado o veículo com as especificações mínimas e motorista devidamente habilitado nos termos da legislação vigente.

3.1.2. Características dos veículos

3.1.2.1. Veículo básico

3.1.2.1.1. Os veículos a serem disponibilizados pela Contratada deverão ser modelos de pequeno ou médio porte, básico, com 05 (cinco) portas, incluídas as portas laterais e traseira, do tipo automóvel, movidos a álcool e/ou gasolina, com banco traseiro rebatível e porta traseira de acesso ao bagageiro, com capacidade para quatro pessoas além do motorista, com todos os itens obrigatórios de segurança e documentação regular, conforme determina a legislação brasileira, dotados de telefone celular para a comunicação com o cartório.

3.1.2.1.2. Ano de fabricação a partir de 2020.

3.1.2.1.3. Exemplos de veículos: VW Gol, Fiat Argo, Ford Fiesta, GM Onix, VW Fox, Renault Sandero, Hyundai HB20, etc.).

3.1.2.2. Veículo tracionado (4x4)

3.1.2.2.1. Os veículos a serem disponibilizados pela Contratada deverão ser modelos especiais com tração nas quatro rodas, capacidade mínima de carga de 400 (quatrocentos) litros em compartimento fechado, dotados de porta de acesso traseira das bagagens ou compartimento de bagagens fechado, capacidade de ocupação de quatro pessoas, além do motorista, dotados de equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação nacional e documentação regular, conforme determina a legislação brasileira, dotados de sistema de rádio comunicação, com equipamentos em cada sede de zona eleitoral e/ou telefone celular (que garantam a comunicação entre a sede dos cartórios e os veículos lotados no cartório).

3.1.2.2.1.1. Optando por sistema de radiocomunicação, a Contratada deve disponibilizar o equipamento na sede do cartório e instruir os servidores quanto à operação.

3.1.2.2.2. Ano de fabricação a partir de 2018.

3.1.2.2.3. Exemplos de veículos: definidos pelo mercado como de tração 4x4 (quatro por quatro), suspensão tipo “off-road” e cabine dupla – FORD Ranger (cabine dupla), GM S-10 (cabine dupla), Mitsubishi L 200, com capota de fibra ou lona marítima, ou Pajero, etc.

3.1.2.3. Veículo tipo van de carga (furgão)

3.1.2.3.1. Os veículos a serem disponibilizados pela Contratada deverão ser modelos do tipo van de carga (furgão), com capacidade para 03 (três) passageiros, incluindo o motorista, em bancos dianteiros, e compartimento de carga separado do compartimento de passageiros, capacidade de carga útil de no mínimo de 1.500 (mil e quinhentos) Kg, com todos os itens obrigatórios de segurança e documentação regular, conforme determina a legislação brasileira, dotados de telefone celular para a comunicação com o cartório.

3.1.2.3.2. Ano de fabricação a partir de 2018.

3.1.2.3.3. Exemplos de veículos: MB Sprinter, Fiat Ducato Maxicargo, Peugeot Expert Carga, Citroen Jumpy carga.

3.1.2.4. Veículo minivan

3.1.2.4.1. Os veículos a serem disponibilizados pela Contratada deverão ser modelos de pequeno ou médio porte, básico, com 05 (cinco) portas, incluídas as portas laterais e traseira, do tipo minivan, movidos a álcool e/ou gasolina, com banco traseiro rebatível e porta traseira de acesso ao bagageiro, com todos os itens obrigatórios de segurança e documentação regular, conforme determina a legislação brasileira. Capacidade de carga útil no porta-malas, considerando a carga até o limite do canto superior do encosto do banco, de no mínimo 550 litros.

3.1.2.4.2. Ar-condicionado quente-frio.

3.1.2.4.3. Ano de fabricação a partir de 2024.

3.1.3. Disposições gerais sobre os veículos

3.1.3.1. Em sendo necessária a passagem por praça de pedágio, a despesa é de responsabilidade da Contratada, devendo considerar ela no estabelecimento das diárias da proposta.

3.1.3.2. Os veículos disponibilizados terão franquia de 200 Km por diária, exceto os veículos minivan que terão franquia diária de 600 km para minivan logística urnas e 400 km para minivan gerentes de núcleo.

3.1.3.2.1. Não ultrapassada a quilometragem livre diária, o saldo de quilômetros não utilizado poderá ser acrescido às diárias dos dias subsequentes, sendo permitida a cumulação desses créditos sucessivamente.

3.1.3.2.2. O saldo de quilômetros não utilizados será considerado sempre na soma dos veículos disponibilizados na contratação podendo ser compensado entre todos os veículos disponibilizados para o Município.

3.1.3.2.3. Sendo ultrapassada, por solicitação do Contratante, a quilometragem livre estipulada na contratação, já operadas as compensações do item anterior, o custo do quilômetro adicional será calculado da seguinte forma: QA = VD/400, onde QA é o custo do quilômetro adicional e VD é o valor da diária do veículo.

3.1.3.3. Os veículos disponibilizados pela Contratada não poderão conter, sob hipótese alguma, qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a partido ou coligação concorrente, quer em nível municipal, estadual ou federal.

3.1.3.4. A Contratada deverá identificar os veículos colocados à disposição com os dizeres “A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL”, nos locais indicados pelo Fiscal Setorial/Fiscal Técnico/Fiscal Administrativo.

3.1.3.4.1. As placas de identificação serão fornecidas pelo Contratante e devem ser utilizadas apenas durante a execução dos serviços.

3.1.3.4.2. A identificação dos veículos a serviço da Justiça Eleitoral não justifica qualquer infração às Leis de Trânsito.

3.1.3.5. O Contratante reserva-se no direito de solicitar a substituição imediata de qualquer veículo, pela avaliação do seu estado geral, caso julgue não estar em condições de atender a demanda do TRE-RS.

3.1.4. Utilização dos serviços

- 3.1.4.1. A diária corresponde à utilização de 01 (um) veículo com motorista, combustível e demais insumos a cada dia conforme carga horária prevista.
- 3.1.4.2. As datas previstas para realização dos serviços são estimadas, sendo que a qualquer tempo, no interesse do Contratante, poderá ser alterada a data para utilização dos serviços, inclusive com diminuição do número de veículos e/ou datas da prestação de serviços e a respectiva repercussão proporcional no pagamento.
- 3.1.4.3. Os serviços poderão ser prestados em qualquer município de abrangência da jurisdição da respectiva Zona Eleitoral ou unidade de utilização.
- 3.1.4.3.1. Os municípios listados nos itens da Tabela 1 como “Município-sede”, são sedes de Zonas Eleitorais que poderão comportar municípios termos (pequenas municipalidades ao redor dos municípios-sede).
- 3.1.4.3.2. Para a atividade de convocação de mesários, por “Município-sede”, pode ser solicitada a execução de diárias concomitantes (no mesmo dia).
- 3.1.4.3.3. Os veículos minivan serão utilizados em deslocamentos pelo interior do estado para a coleta das urnas eletrônicas sorteadas para serem submetidas ao procedimento de fiscalização e auditoria em Porto Alegre, no dia da eleição. Os veículos deslocam para pontos estratégicos no dia 02 de outubro de 2026. No dia 03 de outubro de 2026, após o sorteio, iniciarão a coleta conforme roteiro definido pela comissão responsável e repassado ao Preposto para execução.
- 3.1.4.4. Os serviços em cada Zona Eleitoral abrange deslocamento em vias municipais, pavimentadas (asfalto, paralelepípedo) ou não (estrada de chão).
- 3.1.4.5. O acréscimo na jornada será remunerado obedecendo a proporcionalidade de 1/20 (um vinte avos) do respectivo valor da diária para cada hora adicional.

3.2. Requisitos de sustentabilidade que compõem suas especificações

- 3.2.1. Os veículos automotores utilizados na execução dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n. 18, de 06/05/1986, e n. 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.
- 3.2.2. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n. 1, de 11/02/1993, e n. 272, de 14/09/2000, e legislação correlata.
- 3.2.3. Os veículos utilizados na execução dos serviços deverão, preferencialmente, utilizar combustível renovável (etanol), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei n. 9.660, de 1998.
- 3.2.4. A contratada deve observar, no que for cabível, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho que foi adotado pelo TRE-RS.

3.3. Exigências relacionadas à manutenção, assistência técnica e garantia

- 3.3.1. Em caso de falhas mecânicas, acidentes e panes, a contratada deverá realizar a substituição dos veículos que apresentarem problemas em, no máximo, 01 (uma) hora. A substituição deve ocorrer na localidade do estado do Rio Grande do Sul em que se encontrar o veículo.
- 3.3.1.1. Para os veículos minivan a substituição deve ocorrer em até 02 (duas) horas.
- 3.3.2. O abastecimento e demais insumos necessários ao adequado funcionamento dos veículos competem à Contratada e deverão ser providenciados em horário distinto da prestação dos serviços.

3.4. Normas legais, regulamentares e convencionais com as quais o objeto contratual deve estar em conformidade

- 3.4.1. Lei n. 14.133/2021.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Prazos contratuais

- 4.1.1. Os serviços devem ser realizados nos períodos e dias contratados.
- 4.1.2. O Contrato vigorará da data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2026.

4.2. Forma de execução

- 4.2.1. A Contratada disponibilizará os veículos com motorista que atendam as características indicadas no item 3.1.2, nos quantitativos e períodos indicados no item 3.1.1, observados as exigências dos itens 3.1.3. a 3.1.4.
- 4.2.2. A Contratada, mediante comunicação formal ao Gestor, antes do início dos serviços, designará profissional de sua confiança para atuar como Preposto, bem como informará o endereço eletrônico (e-mail) e telefone celular (móvel) disponível 24 (vinte e quatro) horas, para contato com o Preposto destacado, ou seu substituto, em condições de efetuar e receber ligações
- 4.2.3. O Preposto será responsável pelo contato com o Gestor e Fiscais do contrato, com vistas à correta execução dos serviços, respondendo a todas as solicitações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando a urgência, não determinar que seja imediatamente.
- 4.2.4. No período de 14 de setembro de 2026 a 02 de outubro de 2026, nos dias úteis, o Preposto realizará reuniões diárias com os Fiscais Técnicos na sede da Contratante, na rua Duque de Caxias, 350, Centro, Porto Alegre, RS, para alinhamento da execução dos serviços da semana que antecede a eleição, bem como véspera e dia da Eleição do 1º Turno.
- 4.2.4.1. Nos dias 03 e 04 de outubro de 2026 o Preposto atuará em tempo integral com os Fiscais Técnicos na sede da Contratante para resolver imediatamente problemas relacionados a faltas, trocas de profissionais e à execução dos serviços propriamente dita.
- 4.2.5. No período de 19 a 23 de outubro de 2026, nos dias úteis, o Preposto realizará reunião diárias com os fiscais técnicos na sede da Contratante, na rua Duque de Caxias, 350, Centro, Porto Alegre, RS, para alinhamento da execução dos serviços da semana que antecede a eleição, bem como véspera e dia da Eleição do 2º Turno.
- 4.2.5.1. Nos dias 24 e 25 de outubro de 2026 o Preposto atuará em tempo integral com os fiscais técnicos na sede da Contratante para resolver imediatamente problemas relacionados a faltas, trocas de profissionais e à execução dos serviços propriamente dita.
- 4.2.6. O Contratante disponibilizará na SETRE mesa, cadeira e ramal VOIP para a comunicação com os Fiscais Setoriais.
- 4.2.7. A Contratada deverá encaminhar ao Fiscal técnico do contrato, até 10 (dez) dias do início dos serviços, por item (município-sede) e atividade:
- 4.2.7.1. Cópia do modelo de crachá de identificação.
- 4.2.7.2. Listagem dos veículos que serão disponibilizados, por item, contendo especificação de marca, modelo, ano de fabricação, placa, e número do RENAVAM.
- 4.2.7.3. Relação do(s) motorista(s) designando(s) contendo no mínimo o nome completo, RG, número, categoria e validade da CNH, número do telefone móvel (com DDD) para contato com o motorista, em condições de efetuar e receber ligações durante a execução dos serviços.
- 4.2.8. O(s) motorista(s) designado(s) pela Contratada deverá(ão):
- 4.2.8.1. Conhecer as áreas geográficas em que os serviços serão prestados, bem como estar legalmente habilitados para conduzir os veículos.
- 4.2.8.2. Comparecer à reunião no município-sede da zona eleitoral, conforme agendamento do Fiscal Setorial.
- 4.2.8.3. Se apresentar para a execução dos serviços no local e horários designados em reunião, com o veículo abastecido em sua capacidade máxima.
- 4.2.8.4. Estar identificado(s), durante a execução dos serviços, com crachá constando a razão social da Contratada, nome do profissional e função.
- 4.2.9. O Chefe do Cartório Eleitoral, na qualidade de Fiscal Setorial do contrato e responsável pela coordenação e acompanhamento da execução de cada atividade:
- 4.2.9.1. Agendará reunião com o Preposto e o(s) motorista(s), antes do início da prestação dos serviços, para definição de questões administrativas e informar o planejamento da execução dos serviços.
- 4.2.9.2. Definirá os horários da prestação dos serviços de cada veículo.
- 4.2.9.3. Solicitará a execução, se necessário, de serviços além da jornada contratada, desde que previamente autorizado pela Administração.
- 4.2.9.4. Verificará se os profissionais portão crachá, fornecidos pela contratada, onde conste razão social, nome do profissional e função.
- 4.2.9.5. Indicará servidor do cartório para os deslocamentos dos veículos com os respectivos motoristas, a serviço.
- 4.2.9.6. Orientará os servidores do cartório acerca do preenchimento das planilhas de deslocamento e demais documentos comprobatórios de utilização dos serviços.
- 4.2.10. Os deslocamentos dos veículos com os respectivos motoristas, a serviço, serão sempre acompanhados por servidor ou colaboradores indicado pelo Fiscal Setorial (chefe de cartório).
- 4.2.11. Na execução das diárias deve ser realizado intervalo intrajornada de uma a duas horas e que não serão computados como prestação de serviço.
- 4.2.11.1. O início do intervalo será definido pelo Fiscal Setorial do contrato conforme necessidade do serviço.
- 4.2.12. A Contratada zelará para que seus profissionais mantenham conduta compatível com os princípios de decência e urbanidade, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo Contratante, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e substituição de profissional, cuja atuação, permanência, ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina do Contratante ou ao interesse dos serviços.

4.3. Disposições Gerais

- 4.3.1. Os usuários – servidores dos cartórios eleitorais designados para execução das tarefas – anotarão os horários de execução dos serviços e deslocamentos realizados em planilhas de controle disponibilizadas pelo Fiscal Técnico, que serão utilizadas para aferição dos serviços prestados para fins de atesto e pagamento.
- 4.3.2. É de inteira responsabilidade da Contratada a vistoria prévia dos veículos que serão apresentados, relativamente ao seu estado geral para realizar o serviço, à limpeza e às boas condições dos pneus, incluindo o estepe, e à sua adequação às características exigidas.
- 4.3.3. A vistoria dos veículos também poderá ser requisitada pelo Juízo Eleitoral, mediante notificação formal ao Preposto, que agendará a tarefa para ser realizada na sede do cartório, antes do início dos serviços.
- 4.3.4. Na hipótese dos veículos não serem apresentados nas datas e horários estipulados ou terem características diferentes das exigidas no contrato a Contratada estará sujeita às penalidades correspondentes.
- 4.3.5. A Contratada, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar, em parte, o objeto do presente Termo de Referência, se for conveniente para a Administração, mediante prévia e escrita autorização do Contratante.
- 4.3.5.1. A Contratada não poderá transferir a terceiros a responsabilidade contratuais e legais.
- 4.3.5.2. A Contratada, deverá instruir o pedido:
- 4.3.5.2.1. Declinando a razão social e CNPJ da empresa que pretende subcontratar.
- 4.3.5.2.2. O quantitativo que pretende subcontratar, sendo limitado, no máximo, em 20% do total das diárias.
- 4.3.6. Caso opte pela subcontratação, o cumprimento integral de todos os itens do contrato continuará sendo de inteira responsabilidade da Contratada, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais previstas.

4.4. Obrigações da Contratada

- 4.4.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 4.4.2. Disponibilizar os recursos contratados conforme estipulado no contrato.
- 4.4.3. Responsabilizar-se civilmente por danos decorrentes da utilização dos veículos e, nos sinistros inequivocamente causados por dolo ou culpa de seus profissionais, pela reparação e/ou pagamento dos custos relativos aos danos, sejam eles materiais, físicos ou morais, do que não resultará, sob hipótese alguma, qualquer acréscimo ao custo da contratação.
- 4.4.4. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando verificarem-se vícios, defeitos ou incorreções.
- 4.4.5. Identificar os veículos durante a prestação dos serviços e tomar medidas para que seus profissionais estejam portando crachá de identificação e se abstenham de realizar atividade estranha ao contrato durante a execução dos serviços.
- 4.4.6. Designar Preposto para representar a Contratada na execução do contrato.
- 4.4.7. Disponibilizar número telefônico e endereço eletrônico para contato.
- 4.4.8. Responder a todas as solicitações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando a urgência, a critério do gestor ou dos fiscais do contrato, não determinar que seja imediatamente.
- 4.4.9. Atender às convocações do Contratante para reuniões, sempre que necessário.
- 4.4.10. Disponibilizar os veículos com motorista nos quantitativos, períodos e condições discriminadas neste Termo de Referência e em consonância com as regulamentações vigentes no país quanto aos veículos automotores.
- 4.4.11. Observar a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 4.4.12. Ficar ciente, ainda, do disposto no art. 3º, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução n. 09, por meio da qual é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de

ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a este Tribunal, podendo ser exigida, a qualquer tempo, comprovação, inclusive por meio de declaração expressa da Contratada, quanto a sua observância.

4.5. Obrigações do Contratante

- 4.5.1. Designar, formalmente, equipe de gestão para exercer a fiscalização dos serviços.
- 4.5.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta.
- 4.5.3. Comunicar à Contratada, por escrito, falhas ou irregularidades verificadas na entrega do objeto contratado, para que seja substituído ou corrigido.
- 4.5.4. Disponibilizar material para a identificação dos veículos como “A serviço da Justiça Eleitoral”.
- 4.5.5. Repassar ao Preposto dos serviços orientações complementares para a execução do objeto.
- 4.5.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.5.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Formalização da contratação

- 5.1.1. Para celebração do termo de contrato, o vencedor do certame licitatório deverá realizar o cadastramento de acesso externo do referido sistema, nos termos da Instrução Normativa DG n. 22/2019.
- 5.1.2. O cadastro de usuários externos no referido sistema é válido para o envio de comunicações, notificações ou intimações, bem como para a concessão de vista dos autos de processos administrativos, sendo de responsabilidade do fornecedor a atualização de suas informações cadastrais.
- 5.1.3. A recusa injustificada na assinatura do Contrato, será considerada inexecução total, incidindo as sanções correspondentes.

5.2. Procedimentos de fiscalização do contrato

- 5.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato e equipe de gestão composta por servidores designados pelo Contratante com vistas ao seu integral cumprimento e ao atendimento das necessidades do TRE-RS.
- 5.2.2. A fiscalização dos serviços não exclui e nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais e editalícias.
- 5.2.3. A fiscalização da execução dos serviços atenderá a Instrução Normativa TRE-RS P.N. 110/2023.

5.3. Mecanismos de comunicação

- 5.3.1. São admitidos como instrumentos de comunicação oficial entre o Gestor e Fiscais do Contrato com o representante da Contratada:
 - 5.3.1.1. Mensagens de correio eletrônico.
 - 5.3.1.2. Ofícios e comunicações na forma impressa ou eletrônica.
 - 5.3.1.3. Mensagens de comunicação instantânea (exemplo WhatsApp), podendo ser requeridas confirmações pelos meios previstos nos itens acima.
- 5.3.1.4. Comunicações via sistema oficial do Contratante ou por este contratado em que representantes da Contratada tenham acesso seguro em ambiente de internet.
- 5.3.2. As comunicações serão procedidas por intermédio do Preposto indicado pela Contratada.
- 5.3.3. Para visualização das faturas e eventuais notificações de multa de trânsito é admitido sistema próprio da Contratada, desde que franqueado o acesso seguro e disponibilizadas as informações nele registradas.

5.4. Recebimento provisório e definitivo

- 5.4.1. O recebimento provisório dos serviços será procedido pelos Fiscais Técnico e Administrativo.
 - 5.4.1.1. Será expedido termo de recebimento provisório pelas fiscalizações técnica e fiscalização administrativa, com relatório detalhado, em até 05 (cinco) dias úteis do término do tipo de serviço.
- 5.4.1.2. Caso haja pendência de comprovação, o prazo do item anterior contará da resolução da mesma.
- 5.4.2. O recebimento definitivo dos serviços será procedido pelo Gestor do Contrato, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, e consistirá de emissão de termo baseado nos relatórios emitidos pela fiscalização técnica e administrativa.

5.5. Procedimentos de encerramento e transição contratual

- 5.5.1. Não há necessidades de procedimentos específicos no encerramento e/ou transição contratual.

6. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DOS RESULTADOS

- 6.1. A Contratada deverá executar os serviços objetivando cumprir com um nível máximo de indisponibilidade e/ou falhas na apresentação dos veículos para a execução dos serviços.
- 6.1.1. A avaliação resulta da aplicação dos referidos indicadores e será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IIFES = 1 - [(THP - HNE) / THP] - [FAS/200]$$

onde:

- IIFES** = Índice de Indisponibilidade e/ou Falha na Execução dos Serviços.
- THP** (Total de Horas Previstas) = soma das horas previstas em todas as diárias contratadas.
- HNE** (Horas Não Executadas) = horas informadas pelo Fiscal Setorial como não executadas no cartório eleitoral ou unidade do TRE-RS.
- FAS** (Falha na Apresentação para o Serviço) = ocorrências de troca de motorista e/ou apresentação de motorista em local diverso ao agendado informado pelo Fiscal Setorial.

- 6.2. Ausências de dia todo contarão, para fins de apuração da parcela HNE, o número de horas da respectiva diária em dias de semana e nos sábados de eleição.
- 6.3. As ausências em domingos de eleição contarão em dobro para apuração da parcela HNE, considerando a jornada de 10 (dez) horas.
- 6.4. O índice IIFES será apurado ao final da prestação dos serviços.
- 6.5. O índice IIFES será considerado em sua apresentação até a quarta casa decimal por truncamento (desprezando a quinta casa decimal e seguintes).
- 6.6. A meta para o índice de indisponibilidade é 0,005 (cinco milésimos).
- 6.7. Será calculado índice de desconto correspondente à diferença positiva entre o índice de indisponibilidade calculado e a meta estabelecida no item 6.6.
- 6.7.1. O índice de desconto, para efeitos de redução dos valores a serem pagos, estará limitado superiormente ao valor de 0,05 (cinco centésimos).
- 6.8. Na fatura de outubro, será multiplicado pelo índice de desconto descrito no item 6.7 ao valor correspondente aos serviços de todo o período, após a incidência dos descontos pelas faltas de veículos e multas administrativas, resultando no valor bruto a ser descontado por conta da indisponibilidade e/ou falhas na apresentação dos veículos para a execução dos serviços.
- 6.8.1. Se ocorrer 2º Turno, a aplicação do índice de desconto ocorrerá no faturamento destes serviços.

7. PAGAMENTO

- 7.1. Realizado o recebimento definitivo dos serviços, a Contratada deverá emitir o documento fiscal no valor correspondente, o qual será encaminhado para pagamento.
 - 7.1.1. A remuneração pela execução do serviço corresponderá ao valor das diárias efetivamente utilizadas, descontados os períodos de indisponibilidade para manutenção, se houver.
- 7.2. O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, mediante autorização competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, **contado do atesto da execução do objeto decorrente do adimplemento da obrigação contratual**.
 - 7.2.1. No caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.14.133/2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 7.3. O documento fiscal deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho.
 - 7.3.1. Caberá ao licitante informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.
- 7.4. Na hipótese de constatação de qualquer incorreção nos documentos apresentados pelo licitante vencedor que desaconselhe o seu pagamento, os prazos de que tratam os itens 7.2 e 7.2.1, conforme o caso, serão contados a partir da respectiva regularização, não incidindo qualquer acréscimo no preço contratado.
- 7.5. Para todos os fins, considera-se como data do pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 7.6. Os pagamentos a serem efetuados à Contratada estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando o licitante incumbido de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.
- 7.7. No pagamento dos serviços de outubro, será observado o estipulado no item 6.8 deste termo de referência.
- 7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo TRE-RS, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, onde:
 EM = Encargos Moratórios;
 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 VP = Valor da parcela em atraso;
 i = taxa percentual anual do valor de 6%;
 I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i / 365$
 $I = (6/100) / 365$.

8. SANÇÕES

- 8.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a Contratada à multa moratória diária no valor de:
 - 8.1.1. 1 % do valor estimado do contrato no 1º e 2º dia de atraso; e

8.1.2. 3% do valor estimado do contrato do 3º ao 5º dia de atraso.

8.2. O atraso que acarrete a perda da utilidade do objeto contratual configura hipótese de inexecução total do contrato.

8.2.1. Na hipótese de inexecução total do objeto contratado, a contratada estará sujeita a multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do contrato.

8.3. O descumprimento das disposições contratuais sujeitará a Contratada às sanções de advertência e multa, conforme as condutas e as respectivas graduações dispostas a seguir:

Tabela 2 – Descrição das condutas e graus de gravidade

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Atraso na apresentação de veículo em início de jornada diária (por hora e por veículo)	4
2	Deixar de efetuar a reposição de profissionais faltosos (por profissional e por hora)	4
3	Atraso no envio da relação do(s) motorista(s) designando(s) contendo no mínimo o nome completo, número do RG, categoria e validade da CNH, número do telefone móvel (com DDD) para comunicações	4
4	Manter profissional sem qualificação para executar os serviços contratados (por profissional e por dia)	4
5	Motorista sem aparelho de telefonia móvel ou número inoperante durante a execução dos serviços (por motorista e por hora)	4
6	Apresentar veículo que não atenda as especificações exigidas (por ocorrência)	4
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização (por item e por ocorrência)	4
8	Atraso no envio da listagem dos veículos que serão disponibilizados, contendo especificação de marca, modelo, ano de fabricação, placa, e número do RENAVAM (por item Município-sede)	4
9	Não identificação do veículo (Cartazete) ou motorista (crachá) durante a execução dos serviços (por ocorrência)	3
10	Atraso na substituição de veículo (por hora e por veículo)	3
11	Apresentar veículo que não atenda quesitos de limpeza, boas condições dos pneus, incluindo o estepe (por ocorrência)	2
12	Entregar com atraso a documentação exigida pelo contrato (por evento)	2
13	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do gestor ou fiscal (por ocorrência)	2
14	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Contrato não previstos nesta tabela (por item e por ocorrência)	1

Tabela 3 – Correspondência dos graus de gravidade com percentual de aplicação

GRAU	VALOR CORRESPONDENTE
1	3 % da diária de valor mais alto do respectivo item
2	5 % da diária de valor mais alto do respectivo item
3	7 % da diária de valor mais alto do respectivo item
4	10 % da diária de valor mais alto do respectivo item

8.3.1. Para infrações de até Grau 2, a primeira ocorrência de cada item terá a respectiva multa substituída por advertência, desde que se trate de conduta isolada.

8.3.2. Havendo concurso de infrações, o percentual de multa ficará limitado a 20% (vinte por cento) do valor total estimado do contrato, ressalvadas as hipóteses em que a conduta da Contratada dê causa à rescisão unilateral do contrato.

8.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada àquele que praticar quaisquer das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art.155 da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 8.4, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de Seleção

9.1.1. As propostas deverão conter:

9.1.1.1. O valor das diárias de 8 (oito) horas e/ou 10 (dez) horas, em reais, para cada tipo de veículo/atividade do item 3.1.1 deste Termo de Referência.

9.1.1.2. O preço de todos os custos, tributos, despesas ou outros encargos, combustível, pedágios e demais insumos, inclusive despesas de pernoite do item 3.1.1.2, que incidam sobre a prestação dos serviços.

9.1.2. O valor apresentado para cada diária será considerado como base de cálculo do valor da contratação para pagamento de quilometragem e horário adicional.

9.1.3. A proposta que apresentar o menor valor total para as diárias previstas (sem quilometragem adicional e horário extraordinário) e que atender a todas exigências deste Termo de Referência será considerada como a mais vantajosa.

9.1.4. A licitante classificada em primeiro lugar deve preencher a planilha do Anexo II discriminando os valores das diárias da proposta.

9.1.5. Para esclarecimentos de dúvidas ou informações sobre o Termo de Referência deverá ser contatada a Seção de Transporte (SETRE) pelo endereço setre@tre-rs.jus.br ou pelo telefone (51) 3294-8305, de segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas.

9.2. Requisitos para a seleção dos fornecedores

9.2.1. Habilitação técnica: Comprovação, por intermédio de atestado de capacidade, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sem ressalvas desabonatórias, de execução de serviços compatíveis com o objeto (prestação de serviços de transporte com o emprego de, no mínimo, 30 veículos).

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação consta nos ETP e pode ser atualizado pela Seção de Contratações Diretas (SECOD).

10.2. Para fins de estabelecimento do valor estimado do contrato será aplicada a seguinte fórmula:

$$VC = \{NDOVB \times [VDOVB + (4x (VDOVB/400)) + (VDOVB/20)]\} + \{NDDVB \times [VDDVB + (4 \times (VDDVB/400)) + (VDDVB/20)]\} + \{NDOTR \times [VDOTR + (4x (VDOTR/400)) + (VDOTR/20)]\} + \{NDDTR \times [VDDTR + (4x (VDDTR/400)) + (VDDTR/20)]\} + \{NDOMS \times [VDOMS + (4x (VDOMS/800)) + (VDOMS/20)]\} + \{NDDMS \times [VDDMS + (4 \times (VDDMS/800)) + (VDDMS/20)]\} + \{NDOML \times [VDOML + (4x (VDOML/1200)) + (VDOML/20)]\} + \{NDDML \times [VDDML + (4 \times (VDDML/1200)) + (VDDML/20)]\} + \{NDOVN \times [VDOVN + (4x (VDOVN/400)) + (VDOVN/20)]\}$$

Onde:

VC = Valor estimado do contrato.

NDOVB = Número de diárias de oito horas com veículo básico;

VDOVB = Valor da diária de oito horas com veículo básico;

NDDVB = Número de diárias de dez horas com veículo básico;

VDDVB = Valor da diária de dez horas com veículo básico;

NDOTR = Número de diárias de oito horas com veículo tracionado (4x4);

VDOTR = Valor da diária de oito horas com veículo tracionado (4x4);

NDDTR = Número de diárias de dez horas com veículo tracionado (4x4);

VDDTR = Valor da diária de dez horas com veículo tracionado (4x4);

NDOMS = Número de diárias de oito horas com veículo minivan para gerentes de núcleo da STI;

VDOMS = Valor da diária de oito horas com veículo minivan para gerentes de núcleo da STI;

NDDMS = Número de diárias de dez horas com veículo minivan para gerentes de núcleo da STI;

VDDMS = Valor da diária de dez horas com veículo minivan para gerentes de núcleo da STI;

NDOML = Número de diárias de oito horas com veículo minivan para logística das urnas;

VDOML = Valor da diária de oito horas com veículo minivan para logística das urnas;

NDDML = Número de diárias de dez horas com veículo minivan para logística das urnas;

VDDML = Valor da diária de dez horas com veículo minivan para logística das urnas;

NDOVN = Número de diárias de oito horas com veículo van de carga (furgão);

VDOVN = Valor da diária de oito horas com veículo van de carga (furgão).

4 = estimativa de quilômetros adicionais por diária;

400/800/1200 = divisor para cálculo do valor proporcional do quilômetro adicional do veículo;

20 = fator para acréscimo de uma hora na jornada de 8 e/ou 10 horas.

10.3. O cálculo será por item nos veículos e atividades pertinentes.

11. CÓDIGO SIASG

11.1. Código 24198 - Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades. Unidades: Km rodado; Outras unidades.

12. ANEXOS

- 12.1. Anexo 1 - Termo de Responsabilidade e Compromisso de Confidencialidade das Informações.
- 12.2. Anexo 2 - Planilha para discriminação dos valores da proposta.

Porto Alegre, RS, na data da assinatura digital.

SEÇÃO DE TRANSPORTE

ANEXO I
MODELO DE DOCUMENTO RELATIVO À CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL - CONTRATADA

_____, inscrita no CNPJ nº _____, nesse ato representada por _____, inscrita (o) no CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL (TRE-RS), documentos sigilosos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo TRE-RS, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA reconhece que, com a aceitação do presente termo pelo TRE-RS, as informações a que tiver acesso em razão das atividades desempenhadas devem ser mantidas em sigilo em qualquer hipótese, e não devem ser divulgadas a qualquer pessoa física ou jurídica não autorizada pelo TRE-RS. A CONTRATADA se compromete a manter em sigilo todo e qualquer assunto de interesse do TRE-RS ou de terceiros de que tomar conhecimento na execução das suas funções no Tribunal, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA reconhece que o tratamento sob sigilo prevalece em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, até que venha a ser autorizado, pelo TRE-RS, outro modo de tratamento. Em hipótese alguma o silêncio do TRE-RS deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencial adquirida por ocasião da sua atividade com o TRE-RS.

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TRE-RS qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações.

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo poderá implicar a responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação, conforme Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a CONTRATADA e o TRE-RS.

CLÁUSULA SÉTIMA - Toda e qualquer modificação das condições aqui estabelecidas só serão válidas mediante autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas designados para a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - A celebração do TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

CLÁUSULA DEZ - As partes elegem o foro da Subseção da Justiça Federal de Porto Alegre para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Porto Alegre, RS, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura
(representante legal da empresa)

ANEXO II
DISCRIMINAÇÃO DOS VALORES DA PROPOSTA

Tipo de veículo	Atividade/Período de execução	Carga horária	Valor da diária (R\$)	Número Diárias	Subtotal (R\$)
Básico	Convocação mesários SETRE (semana da Eleição) Transporte nas vésperas da Eleição	8h		655	
	Transporte nos dias da Eleição	10h		730	
Tracionado (4x4)	Transporte nas vésperas da Eleição	8h		24	
	Transporte nos dias da Eleição	10h		32	
Minivan – Logística de Urnas	Transporte na antevéspera	8h		10	
	Transporte na véspera	10h		10	
Minivan – STI	Deslocamento dos Gerentes de Núcleo da STI	8h		112	
	Transporte nos dias da Eleição	10h		16	
Van de Carga (furgão)	Transporte nos dias 30 setembro, 01, 02, 21, 22 e 23 de outubro e dias da Eleição	8h		22	
Valor Total da Proposta					



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Perlott Gonçalves, Chefe de Seção**, em 13/03/2026, às 15:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2528132** e o código CRC **F84FA9E6**.

Rua Sete de Setembro, 730 - Edifício Assis Brasil - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-190
www.tre-rs.jus.br - Fone: (51) 3294 8305